



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

*Natália Belmonte Demétrio, Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp),
ndemetri@unicamp.br*

Dinâmicas regionais do agronegócio globalizado e migração: evidências do caso brasileiro

Resumo

As configurações sócioespaciais do agronegócio (ELIAS, 2003) colocam novas questões para os estudos sobre migração e urbanização (CANALES; CANALES, 2013). Particularmente no Brasil, um dos maiores produtores de commodities do mundo, Baeninger e Ojima (2008) já apontavam a redefinição da dinâmica regional do interior paulista associada ao crescimento da agroindústria exportadora. À luz desses pressupostos teóricos, esse trabalho tem por objetivo analisar o surgimento de novos processos migratórios relacionados à expansão agronegócio. Serão privilegiados três seguimentos - os frigoríficos de carne bovina, o setor sucroenergético e a piscicultura - em uma região específica do estado de São Paulo, Brasil: o noroeste paulista. Em termos teóricos e metodológicos, o trabalho apoia-se na perspectiva dos tipos e etapas para associar as diferentes fases da acumulação capitalista na região às distintas dinâmicas de redistribuição espacial de sua população (RENNER; PATARRA, 1980; BAENINGER, 1996). Distingue-se, assim, a etapa da fronteira agrícola e as migrações rurais-rurais que marcaram a formação capitalista da região de interesse (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; BAENINGER, 2012); a etapa da industrialização nacional-desenvolvimentista e as migrações campo-cidade que transformaram essa localidade em uma das principais áreas de evasão populacional do estado (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; SINGER, 1980); e a etapa da reestruturação produtiva, com destaque para as modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) construídas no bojo da expansão do agronegócio na região. Se as estimativas censitárias de evolução da população total, rural e urbana ajudam entender os tipos migratórios estruturantes das duas primeiras fases discriminadas (RENNER; PATARRA, 1980); a construção de trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012) de trabalhadores nos seguimentos selecionados dão ênfase para as novas hierarquias socioespaciais forjadas no âmbito do modelo agribusiness de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Dividida em duas partes principais, o trabalho inicia-se pela discussão das raízes históricas da urbanização no noroeste paulista. Em seguida, o artigo relaciona as trajetórias migratórias apresentadas aos processos de reestruturação da produção no setor sucroenergético, de frigoríficos e da piscicultura. A título de considerações finais, ressalta-se a crescente especialização no uso do território (SANTOS, 2013) e a emergência de modalidades migratórias representativas dos novos arranjos da urbanização na região (BAENINGER, 2012).

1. Introdução

As configurações sócioespaciais do agronegócio (ELIAS, 2003) colocam novas questões para os estudos sobre migração e redistribuição espacial da população. Canales e Canales (2013), ao analisarem as inter-relações entre urbanização, globalização da agricultura e divisão internacional do trabalho, discutem a emergência de um novo modelo de desenvolvimento na América Latina, no qual são fortalecidas espacialidades rurais que rompem com os tradicionais fluxos campo-cidade. Segundo esses autores, o paradigma da agropolização combina um padrão de residência urbana à uma dinâmica de acumulação agrário-exportadora, induzindo a formação de uma ampla variedade de cidades agrárias, onde são adensados os vínculos globais através da produção e processamento de commodities (CANALES; CANALES, 2013). Essa nova dinâmica de redistribuição da população, conjugada à crise do processo de industrialização por substituição das importações e aos impulsos à desconcentração das atividades produtivas (BRANDÃO, 2007), produz novas frentes de crescimento econômico e populacional: espaços da migração representativos dos novos arranjos da urbanização em cada país (BAENINGER, 1999; BAENINGER; OJIMA, 2008).

Particularmente no Brasil, um dos maiores produtores de commodities do mundo, Baeninger e Ojima (2008) já apontavam a redefinição da dinâmica regional do interior paulista, associada tanto ao crescimento da agroindústria exportadora, como à diversificação das frentes de alocação do capital transnacional em território estadual. À luz desses pressupostos teóricos, esse trabalho tem por objetivo analisar a emergência de novas modalidades de deslocamentos populacionais relacionados ao agronegócio (ELIAS, 2003; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Serão privilegiados três seguimentos - os frigoríficos de carne bovina, o setor sucroenergético e a piscicultura - em uma região específica do estado de São Paulo, Brasil: o noroeste paulista.

De ocupação capitalista tardia (NEGRI; GONÇALVEZ; CANO, 1988), apenas recentemente essa região tem recebido grandes investimentos ligados à produção de commodities (DEMÉTRIO, 2013). Dentre as vantagens competitivas (CASTILLO, FREDERICO, 2010) compartilhadas por essa localidade, destaca-se a abundância de recursos hídricos, de terras agricultáveis e densa infraestrutura logística (THOMAS JÚNIOR, 2010; PERPÉTUA; THOMAS JÚNIOR, 2013). Essas características têm atraído grandes investimentos em diferentes seguimentos do agronegócio, alavancando novas atividades econômicas, como a piscicultura, e reestruturando outras mais antigas, a exemplo dos frigoríficos de carne bovina e das usinas de açúcar e etanol. Seja por consagrar um modelo de produção voltado à exportação (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), seja por constituir capitais emblemáticos das relações Sul-Sul e da nova hierarquia global (MANRIQUE, 2012), a reestruturação produtiva trazida por esses capitais, na referida região, redesenha a dinâmica do mercado de trabalho local, com a expansão tanto do emprego qualificado, quanto do trabalho de menor qualificação (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013; PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2007),

Em termos teóricos e metodológicos, o trabalho apoia-se na perspectiva dos tipos e etapas para associar as diferentes fases da acumulação capitalista na região às distintas dinâmicas de redistribuição espacial de sua população (RENNER; PATARRA, 1980; BAENINGER, 1996). Distingue-se, assim, a etapa da fronteira agrícola e as migrações rurais-rurais que marcaram a formação capitalista do noroeste paulista (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; BAENINGER, 2012); a etapa da industrialização nacional-desenvolvimentista e as migrações campo-cidade que transformaram essa região em uma das principais áreas de evasão populacional do estado de São Paulo (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; SINGER, 1980); e a etapa da reestruturação produtiva, com destaque para as novas modalidades migratórias que passam a vigorar nessa localidade (BAENINGER, 2012).

Se as estimativas censitárias de evolução da população total, rural e urbana ajudam a entender os tipos migratórios estruturantes das duas primeiras fases discriminadas, na identificação dos processos de redistribuição populacional em tempos de acumulação flexível (HARVEY, 1992), essa fonte de informação esbarra em limitações fundamentais (BAENINGER,

2012). Para essa autora, as transformações na dinâmica da acumulação capitalista têm impulsionado deslocamentos populacionais cada vez mais rotativos, marcados por múltiplos destinos e um constante ir e vir. No entendimento desse fenômeno, Sánchez (2012) destaca a importância das pesquisas qualitativas construídas a partir do conceito de trajetória migratória: uma proposição teórica e metodológica que ajuda a conectar processos de mudança social mais amplos com as escolhas individuais, juntando o micro e o macro, a dimensão do sujeito e da estrutura, de modo a entender a migração não como um ponto crítico, marcado por um evento único, mas como uma trama de fenômenos construída em diferentes escalas.

A partir dessa perspectiva, o estudo das trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012) de trabalhadores nos três seguimentos selecionados (cana-de-açúcar, carne bovina e piscicultura) fornece elementos para a construção de uma tipologia de mobilidades (HEYMAN, 2012) ancorada em cada um desses circuitos espaciais produtivos (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Por meio dessa tipologia, a extrema diversidade dos processos de redistribuição de população que marca a nova fase de acumulação capitalista é interpretada tendo como ponto de partida uma característica comum: os arranjos espaciais construídos por diferentes setores do agronegócio (ELIAS, 2017). Essa dimensão funcionará como gancho para classificar as trajetórias apresentadas, permitindo que fenômenos individuais concretos sejam tomados como parte de uma interpretação analítica unificada (HEYMAN, 2012).

Dividida em duas partes principais, além dessa introdução e das considerações finais, o trabalho inicia-se pela discussão das raízes históricas da urbanização no noroeste paulista. Em seguida, o artigo relaciona a interrupção do projeto nacional-desenvolvimentista com a emergência de novas desigualdades socioespaciais (BRANDÃO, 2007), à luz das quais devem ser analisadas as trajetórias migratórias selecionadas. A título de considerações finais, ressalta-se a crescente especialização no uso do território (SANTOS, 2013) e a emergência de modalidades migratórias representativas dos novos arranjos da urbanização na região (BAENINGER, 2012).

2. Formação e consolidação da rede urbana do noroeste paulista

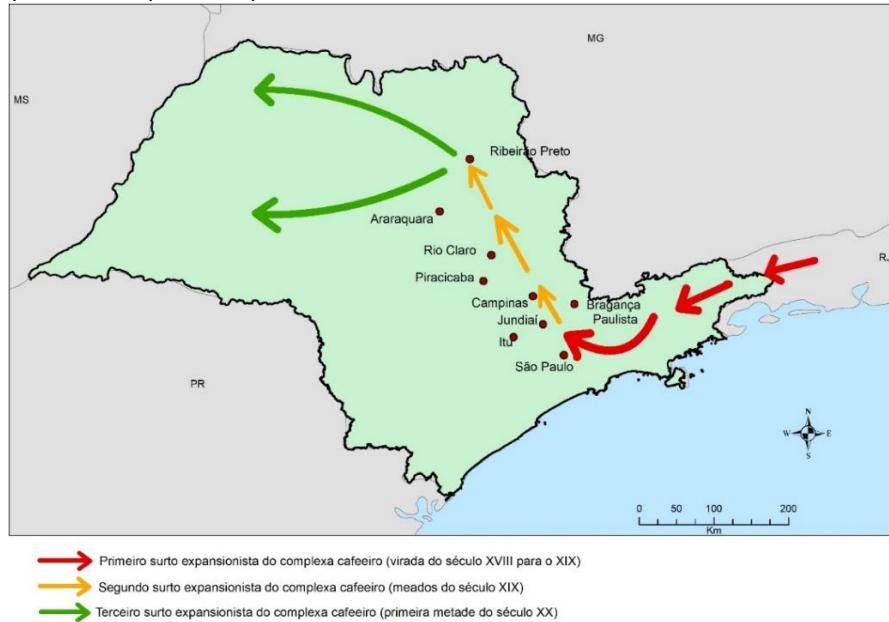
A formação capitalista do noroeste paulista remonta ao começo do século XIX, com o deslocamento do eixo agroexportador brasileiro para o estado de São Paulo (GONÇALVES, 1998). A constituição de importantes cidades na porção sudeste do território estadual, impulsionadas pela economia cafeeira, alavancou o consumo de carnes, transformando todo o Norte e Oeste Paulista em uma das principais áreas de invernada do país (MAMIGONIAN, 1976). Essa ocupação embrionária ganhou impulso a partir de 1920, com a chegada da fronteira agrícola do café (GONÇALVES, 1998; Mapa 1). Já sob os marcos da desvalorização desse produto, da necessidade de produção de alimentos para abastecer a crescente população urbana estadual e das demandas geradas pela indústria que nascia nas zonas de ocupação mais antiga, a fronteira agrícola do noroeste paulista combinou a produção comercial de gêneros alimentícios em pequenas propriedades familiares, com a produção de algodão, milho e criação de gado em grandes fazendas (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988).

No processo de formação capitalista do Oeste Paulista é fundamental destacar ainda o papel exercido pelas companhias de colonização (CHAIA, 1980). Diferente do ocorrido nas frentes abertas até o século XIX (Mapa 1) – onde as estradas de ferro vinham no reboque da cafeicultura, a serviço dos fazendeiros já instalados –, nas novas zonas, a ferrovia, em ação conjunta com o capital imobiliário, passou a abrir ela mesma o território (RODRIGUES, 2006). Primeiramente, as companhias colonizadoras compravam as terras por onde deveriam ser expandidos os trilhos. Em seguida, as linhas férreas eram construídas, provocando uma valorização dos terrenos, os quais eram loteados e revendidos (CHAIA, 1980).

Com a crise de 1929, embora não fosse mais possível vender grandes glebas de terras, “não faltaram compradores de parcelas mais modestas [...] quase todos ex-colonos, trabalhadores nacionais e estrangeiros que muito sacrificadamente acumularam uma poupança, e estavam dispostos a liquidá-la em troca de um lote de terra virgem” (RODRIGUES, 2006, p.18-

19). A chegada maciça de imigrantes, somada à dificuldade de deslocamento (praticamente restrita ao transporte animal e ferroviário), deu origem a uma densa rede de cidades, com a fundação de vários núcleos urbanos de apoio à população rural dispersa (MONBEIG, 1998). Estrutura-se, assim, um sistema urbano formado de numerosos pequenos centros, que se sucediam como “contas de um rosário ao longo das ferrovias” (MONBEIG, 1998, p.125).

Mapa 1. Os tempos da expansão cafeeira no Estado de São Paulo. Séculos XVIII, XIX e XX



Fonte: Elaborado a partir das informações contidas em Gonçalves (1998) e Negri, Gonçalves e Cano (1988).

As Tabelas 1 e 2 indicam os diferentes tempos da fronteira agrícola no noroeste paulista, com áreas formadas antes da Crise de 1929 (Catanduva e São José do Rio Preto) e depois dela (Votuporanga, Fernandópolis e Jales). Tendo em vista essa diferença fundamental, entre 1950 e 1960, enquanto as primeiras sub-regiões discriminadas já registravam uma dinâmica demográfica típica do processo de modernização agrícola, com taxas negativas de crescimento da população rural, nas últimas zonas, os processos de redistribuição populacional ainda guardavam características de fronteira, com ritmos acelerados de crescimento tanto no urbano como no rural (Tabelas 1 e 2; Mapa 2).

Mapa 2. Localização das regiões que compõem o noroeste paulista no Brasil e na América do Sul



Fonte: Fundação Seade; regionalização do Estado de São Paulo.

Tabela 1
População total, urbana, rural e grau de urbanização (%)
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP
1920/1960

Regiões que compõem o noroeste paulista	População total				População urbana			População rural			Grau de urbanização (%)		
	1920	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Catanduva	76.982	170.049	148.422	156.020	40.748	44.960	67.226	129.301	103.462	88.794	26,44	30,29	43,09
São José do Rio Preto	126.796	388.166	285.956	323.085	77.584	90.550	146.376	310.582	195.406	176.709	23,33	31,67	45,31
Votuporanga	99.892	118.600	..	22.152	38.531	..	77.740	80.069	..	22,18	32,49
Fernandópolis	47.705	89.987	..	9.502	23.766	..	38.203	66.221	..	19,92	26,41
Jales	32.048	156.735	..	3.248	35.473	..	28.800	121.262	..	10,13	22,63
Total	203.778	558.215	614.023	844.427	118.332	170.412	311.372	439.883	443.611	533.055	30,53	27,75	36,87
Estado de São Paulo	4.592.188	7.180.316	9.134.423	12.974.699	4.012.205	4.804.211	8.149.979	4.012.205	4.330.212	4.824.720	66,91	52,59	62,81

Fonte: Fundação IBGE. Censo demográfico de 1920, 1940, 1950 e 1960 ; Fundação Seade, regionalização do Estado de São Paulo.

Notas: O recenseamento de 1920 não contou com o quesito situação de domicílio urbano ou rural.

Em 1930 não houve censo.

Até 1950, os municípios das regiões de Jales, Fernandópolis e Votuporanga pertenciam à região de São José do Rio Preto

Tabela 2
Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.)
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP
1920/1960

Regiões que compõem o noroeste	População total			População urbana		População rural	
	1920/40	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60	1940/50	1950/60
Catanduva	4,04	-1,35	0,50	0,99	4,10	-2,20	-1,52
São José do Rio Preto	5,75	-3,01	1,23	1,56	4,92	-4,53	-1,00
Votuporanga	1,73	..	5,69	..	0,30
Fernandópolis	6,55	..	9,60	..	5,65
Jales	17,20	..	27,01	..	15,46
Total	5,17	0,96	3,24	3,71	6,21	0,08	1,85
Estado de São Paulo	2,26	2,44	3,57	1,82	5,43	0,77	1,09

Fonte: Fundação IBGE. Censo demográfico de 1920, 1940, 1950 e 1960

Nota: Até 1950, os municípios das regiões de Jales, Fernandópolis e Votuporanga pertenciam à região de São José do Rio Preto

Em Jales, região de maior interesse nesse trabalho, no extremo noroeste do estado de São Paulo (Mapa 2), a população urbana passou de 3.248 habitantes em 1950, para 35.473 dez anos depois. Sua zona rural também registrou acelerado ritmo de incremento populacional, superiores a 15% a.a., com seu grau de urbanização declinando de 26% para 22%, nesse período (Tabelas 1 e 2).

Esse cenário é drasticamente alterado na década de 1960, quando a implantação de setores produtivos ligados à construção civil, à indústria química e de bens de capital não apenas revolucionou o sistema viário paulista, como também alterou profundamente a dinâmica de acumulação na agricultura (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988). Por um lado, a formação de uma densa rede rodoviária encurtou distâncias e beneficiou as trocas comerciais e populacionais estabelecidas nos centros urbanos maiores, agora mais acessíveis (CORRÊA, 2006). Por outro lado, a subordinação da agricultura à indústria reduziu a terra à condição de meio de produção e expulsou o pequeno produtor do campo (MULLER, 1985).

Sob os efeitos de estagnação (SINGER, 1980) da modernização agrícola nacional-desenvolvimentista – que beneficiou basicamente os estabelecimentos agropecuários integrados às cadeias agroindustriais –, foram desarticulados os circuitos locais e regionais de produção e consumo de bens primários (prevalecentes no noroeste paulista), colocando em xeque as dinâmicas de reprodução social da agricultura tradicional (MÜLLER, 1985). Enquanto nas regiões de ocupação madura, a modernização agrícola via complexos agroindustriais (DELGADO, 1987) caminhava a passos largos, Jales vivia o dramático desfecho de seu processo de ocupação. De alternativa econômica dos anos 1940, a região passou a vivenciar a estagnação econômica e demográfica na década de 1970, com considerável redução de população, sobretudo no meio rural (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; Tabelas 3 e 4).

Nesse contexto, as altas taxas de crescimento populacional do período anterior dão lugar a estimativas que confirmam o encolhimento da população em termos absolutos. Na região de Jales, a população total passou de 156.735, em 1960, para 131.960, em 1980 (Tabela 3). No meio rural, a evasão populacional chegou a -5,56% a.a. na década de 1970 (Tabela 4). Ao mesmo tempo, o grau de urbanização triplicou, alcançando o patamar de 60%, segundo o Censo de 1980 (Tabela 3). Esse fato reforça a centralidade da agricultura tradicional na dinamização da região, bem como a incapacidade dos centros urbanos locais, fundados há pouco mais de uma década, de reter toda a população expulsa do campo (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

Tabela 3
População total, urbana, rural e grau de urbanização (%)
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP
1960/1980

	População total			População urbana			População rural			Grau de urbanização (%)		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
RG Catanduva	156.020	159.476	190.049	67.226	92.989	131.669	88.794	66.487	58.380	43,09	58,31	69,28
RG S. J. Rio Preto	323.085	334.854	402.310	146.376	207.447	310.765	176.709	127.407	91.545	45,31	61,95	77,25
RG Votuporanga	118.600	132.677	130.043	38.531	63.827	86.366	80.069	68.850	43.677	32,49	48,11	66,41
RG Fernandópolis	89.987	99.385	95.531	23.766	44.266	62.198	66.221	55.119	33.333	26,41	44,54	65,11
RG Jales	156.735	158.221	131.960	35.473	66.965	80.468	121.262	91.256	51.492	22,63	42,32	60,98
RA S. J. Rio Preto	844.427	884.613	949.893	311.372	475.494	671.466	533.055	409.119	278.427	36,87	53,75	70,69
Estado de São Paulo	12.974.699	17.770.975	25.042.074	8.149.979	14.277.802	22.196.896	4.824.720	3.493.173	2.845.178	62,81	80,34	88,64

Fonte: Censo demográfico de 1960, 1970 e 1980.

Tabela 4
Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.)
Região Administrativa de São José do Rio Preto/SP
1960/1980

	População total		População urbana		População rural	
	1960/70	1970/80	1960/70	1970/80	1960/70	1970/80
RG Catanduva	0,22	1,77	3,30	3,54	-2,85	-1,29
RG S. J. Rio Preto	0,36	1,85	3,55	4,12	-3,22	-3,25
RG Votuporanga	1,13	-0,20	5,18	3,07	-1,50	-4,45
RG Fernandópolis	1,00	-0,39	6,42	3,46	-1,82	-4,91
RG Jales	0,09	-1,80	6,56	1,85	-2,80	-5,56
RA S. J. Rio Preto	0,47	0,71	4,32	3,51	-2,61	-3,78
Estado de São Paulo	3,20	3,49	5,77	4,51	-3,18	-2,03

Fonte: Censo demográfico de 1960, 1970 e 1980.

A formação urbana da região de Jales ganha outros contornos nos anos 1990, quanto 7 novos municípios são criados. Segundo Siqueira (2003), à luz da descentralização consagrada pela Constituição de 1988, vários pequenos municípios, com restrita capacidade de arrecadação, dependentes dos repasses da união, foram estimulados a desmembrar parte de seu território. Desse modo, se até meados do século XX, a criação de municípios inseria-se em um contexto de ocupação territorial, em áreas de fronteira agrícola, a partir da década de 1990, esse fenômeno passa a se concentrar em regiões com índices estagnados de crescimento econômico e populacional, a exemplo do noroeste paulista (SIQUEIRA, 2003).

Levando-se em consideração todas essas questões, a região de estudo alcança o século XXI com uma rede urbana composta por 22 municípios, 16 dos quais com menos de 5 mil habitantes em 2010 (Tabela 5). Nessas pequenas localidades, residiam 27% de sua população total, estimada em quase 145 mil pessoas, nesse mesmo ano. Jales e Santa Fé do Sul despontam-se como os principais centros urbanos locais, com taxas de crescimento populacional e grau de urbanização acima da média regional, sobretudo até os anos 1990 (Tabelas 5 e 6).

Além da reversão à tendência de esvaziamento populacional característica do período anterior, as Tabelas 5 e 6 também evidenciam importantes transformações na dinâmica dessa população, tanto em municípios considerados ‘cabeças’ da rede urbana regional – Santa Fé do Sul e Jales – como em pequenas localidades eminentemente rurais, a exemplo de Pontalinda. Por um lado, as facilidades de transporte e os custos de moradia nessas principais cidades engendraram o que Cunha (2005) denomina de periferização da população: desaceleração do crescimento do município-sede, aumento da imigração nos municípios do entorno e intensificação dos deslocamentos pendulares. Por outro lado, o avanço do agronegócio na região tem fortalecido as atividades urbanas de pequenos e micromunicípios, com profundas alterações em seus processos de redistribuição populacional (CANALES; CANALES, 2012).

No propósito de apresentar trajetórias migratórias (SANCHEZ, 2012) que expressem as novas conexões estabelecidas entre a região de Jales, o resto do país e do mundo, a parte seguinte desse trabalho volta-se à discussão da reestruturação produtiva desencadeada pela expansão da piscicultura, das usinas de cana-de-açúcar e dos frigoríficos de carne bovina no noroeste paulista. Esses três seguimentos dão embasamento à construção de uma tipologia das trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012; HEYMAN, 2012) que, sem a pretensão de identificar regularidades empíricas pensadas a partir de um novo padrão migratório (BRITO, 2015), apenas ilumina fenômenos faltantes ou representados de forma deficiente nos aportes teóricos clássicos (HEYMAN, 2012; SINGER, 1980).

Tabela 5
População total, urbana e rural e grau de urbanização (em %)
Região de Governo de Jales, segundo municípios
1980 a 2010

Municípios segundo tamanho de população em 2010	Total				Urbana				Rural				Grau de urbanização (em %)				
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	
Menos de 5 mil habitantes	Aparecida d'Oeste	5.148	5.100	4.935	4.450	2.848	3.409	3.665	3.645	2.300	1.691	1.270	805	55,3	66,8	74,3	81,9
	Aspásia	-	-	1.861	1.809	-	-	1.175	1.257	-	-	686	552	-	-	63,1	69,5
	Dirce Reis	-	-	1.623	1.689	-	-	1.075	1.279	-	-	548	410	-	-	66,2	75,7
	Dolcinópolis	2.209	2.094	2.152	2.096	1.286	1.575	1.810	1.949	923	519	342	147	58,2	75,2	84,1	93,0
	Marinópolis	2.072	2.088	2.195	2.113	909	1.365	1.647	1.671	1.163	723	548	442	43,9	65,4	75,0	79,1
	Mesópolis	-	-	1.930	1.886	-	-	1.217	1.468	-	-	713	418	-	-	63,1	77,8
	Nova Canaã Paulista	-	-	2.483	2.114	-	-	822	880	-	-	1.661	1.234	-	-	33,1	41,6
	**Paranapuã	5.789	5.777	3.632	3.815	3.115	3.966	3.029	3.394	2.674	1.811	603	421	53,8	68,7	83,4	89,0
	Pontalinda	-	-	3.539	4.074	-	-	2.682	3.381	-	-	857	693	-	-	75,8	83,0
	Rubinéia	2.413	2.236	2.615	2.862	1.188	1.306	1.916	2.355	1.225	930	699	507	49,2	58,4	73,3	82,3
	Santa Clara d'Oeste	2.653	2.497	2.123	2.084	1.180	1.438	1.464	1.571	1.473	1.059	659	513	44,5	57,6	69,0	75,4
	Santana da Ponte Pensa	2.794	2.365	1.894	1.641	860	1.067	1.106	1.097	1.934	1.298	788	544	30,8	45,1	58,4	66,8
	Santa Rita d'Oeste	4.238	3.487	2.695	2.543	1.471	1.681	1.554	1.773	2.767	1.806	1.141	770	34,7	48,2	57,7	69,7
	Santa Salete	-	-	1.379	1.447	-	-	541	819	-	-	838	628	-	-	39,2	56,6
	São Francisco	4.613	4.445	2.863	2.793	1.965	2.399	2.055	2.167	2.648	2.046	808	626	42,6	54,0	71,8	77,6
	Vitória Brasil	-	-	1.675	1.737	-	-	1.189	1.435	-	-	486	302	-	-	71,0	82,6
De 5 a 10 mil habitantes	Palmeira d'Oeste	12.673	10.950	10.322	9.584	6.126	6.521	7.085	7.268	6.547	4.429	3.237	2.316	48,3	59,6	68,6	75,8
	Santa Albertina	6.181	5.870	5.586	5.723	3.358	4.076	4.433	4.891	2.823	1.794	1.153	832	54,3	69,4	79,4	85,5
	**Três Fronteiras	8.713	7.859	5.159	5.427	3.615	4.146	4.067	4.598	5.098	3.713	1.092	829	41,5	52,8	78,8	84,7
	**Urânia	13.493	12.090	8.825	8.836	6.498	7.600	7.065	7.436	6.995	4.490	1.760	1.400	48,2	62,9	80,1	84,2
De 20 a 50 mil habitantes	**Jales	38.601	45.956	46.186	47.012	28.821	39.313	42.339	44.239	9.780	6.643	3.847	2.773	74,7	85,5	91,7	94,1
	Santa Fé do Sul	20.370	23.110	26.512	29.239	17.228	20.707	24.911	28.088	3.142	2.403	1.601	1.151	84,6	89,6	94,0	96,1
RG de Jales		131.960	135.924	142.184	144.974	80.468	100.569	116.847	126.661	51.492	35.355	25.337	18.313	61,0	74,0	82,2	87,4

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

**Municípios que tiveram parte de seu território desmembrado nos anos 1990

Tabela 6
Taxa geométrica de crescimento da população total, urbana e rural (em % a.a.)
Região de Governo de Jales, segundo municípios
1980 a 2010

Municípios	Total			Urbana			Rural		
	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Aparecida d'Oeste	-0,09	-0,36	-1,03	1,65	0,81	-0,05	-2,76	-3,13	-4,46
Aspásia	-	-	-0,28	-	-	0,68	-	-	-2,15
Dirce Reis	-	-	0,40	-	-	1,75	-	-	-2,86
Dolcinópolis	-0,48	0,30	-0,26	1,86	1,56	0,74	-5,10	-4,53	-8,10
Marinópolis	0,07	0,56	-0,38	3,77	2,11	0,14	-4,23	-3,03	-2,13
Mesópolis	-	-	-0,23	-	-	1,89	-	-	-5,20
Nova Canaã Paulista	-	-	-1,60	-	-	0,68	-	-	-2,93
**Paranápolis	-0,02	-5,03	0,49	2,22	-2,95	1,14	-3,48	-11,50	-3,53
Pontalinda	-	-	1,42	-	-	2,34	-	-	-2,10
Rubinéia	-0,69	1,75	0,91	0,86	4,35	2,08	-2,47	-3,12	-3,16
Santa Clara d'Oeste	-0,55	-1,79	-0,19	1,81	0,20	0,71	-2,96	-5,13	-2,47
Santana da Ponte Pensa	-1,50	-2,44	-1,42	1,98	0,40	-0,08	-3,56	-5,39	-3,64
Santa Rita d'Oeste	-1,76	-2,82	-0,58	1,22	-0,87	1,33	-3,80	-4,97	-3,86
Santa Salete	-	-	0,48	-	-	4,23	-	-	-2,84
São Francisco	-0,34	-4,77	-0,25	1,83	-1,71	0,53	-2,32	-9,81	-2,52
Vitória Brasil	-	-	0,36	-	-	1,90	-	-	-4,65
Palmeira d'Oeste	-1,32	-0,65	-0,74	0,57	0,93	0,26	-3,49	-3,42	-3,29
Santa Albertina	-0,47	-0,55	0,24	1,78	0,94	0,99	-4,04	-4,79	-3,21
**Três Fronteiras	-0,93	-4,57	0,51	1,25	-0,21	1,23	-2,84	-12,71	-2,72
**Urânia	-0,99	-3,44	0,01	1,43	-0,81	0,51	-3,95	-9,88	-2,26
**Jales	1,60	0,06	0,18	2,86	0,83	0,44	-3,46	-5,89	-3,22
Santa Fé do Sul	1,15	1,54	0,98	1,69	2,07	1,21	-2,41	-4,41	-3,25
RG de Jales	0,27	0,50	0,19	2,05	1,68	0,81	-3,36	-3,63	-3,19

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

**Municípios que tiveram parte de seu território desmembrado nos anos 1990

3. Migração interna e internacional nos arranjos espaciais do agronegócio no Brasil: considerações a partir do noroeste paulista

A região de Jales está no coração do chamado Polígono do Agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p.92): uma vasta região que abrange todo o “Oeste Paulista, leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás”, conhecida por suas terras planas, férteis e ricas em recursos hídricos. A essa vantagem competitiva (CASTILLO; FREDERICO, 2010), somam-se incentivos fiscais, custos salariais e densa infraestrutura logística: o noroeste paulista está conectado por ferrovia¹, rodovia² e hidrovia³. Dentre os capitais que reestruturaram as relações rurais-urbanas na região, destaca-se a usina do setor sucroenergético Vale do Paraná, no município de Suzanápolis; o frigorífico de carne bovina de Santa Fé do Sul; e uma série de empresas nacionais e estrangeiras com atuação na produção e processamento de tilápias nas localidades às margens dos rios Paraná, Tietê e São José dos Dourados (Mapa 3). As pesquisas qualitativas realizadas nessas localidades, entre julho de 2019 e janeiro de 2020⁴, permitiram a construção de trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012) cunhadas no bojo dos circuitos espaciais produtivos desses três seguimentos (CASTILLO; FREDERICO, 2010). As biografias analisadas expressam fluxos migratórios inéditos na história desses municípios, representativas tanto da migração internacional, como dos novos rumos da migração interna, associados ao topo e à base da estrutura ocupacional do agronegócio (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2012).

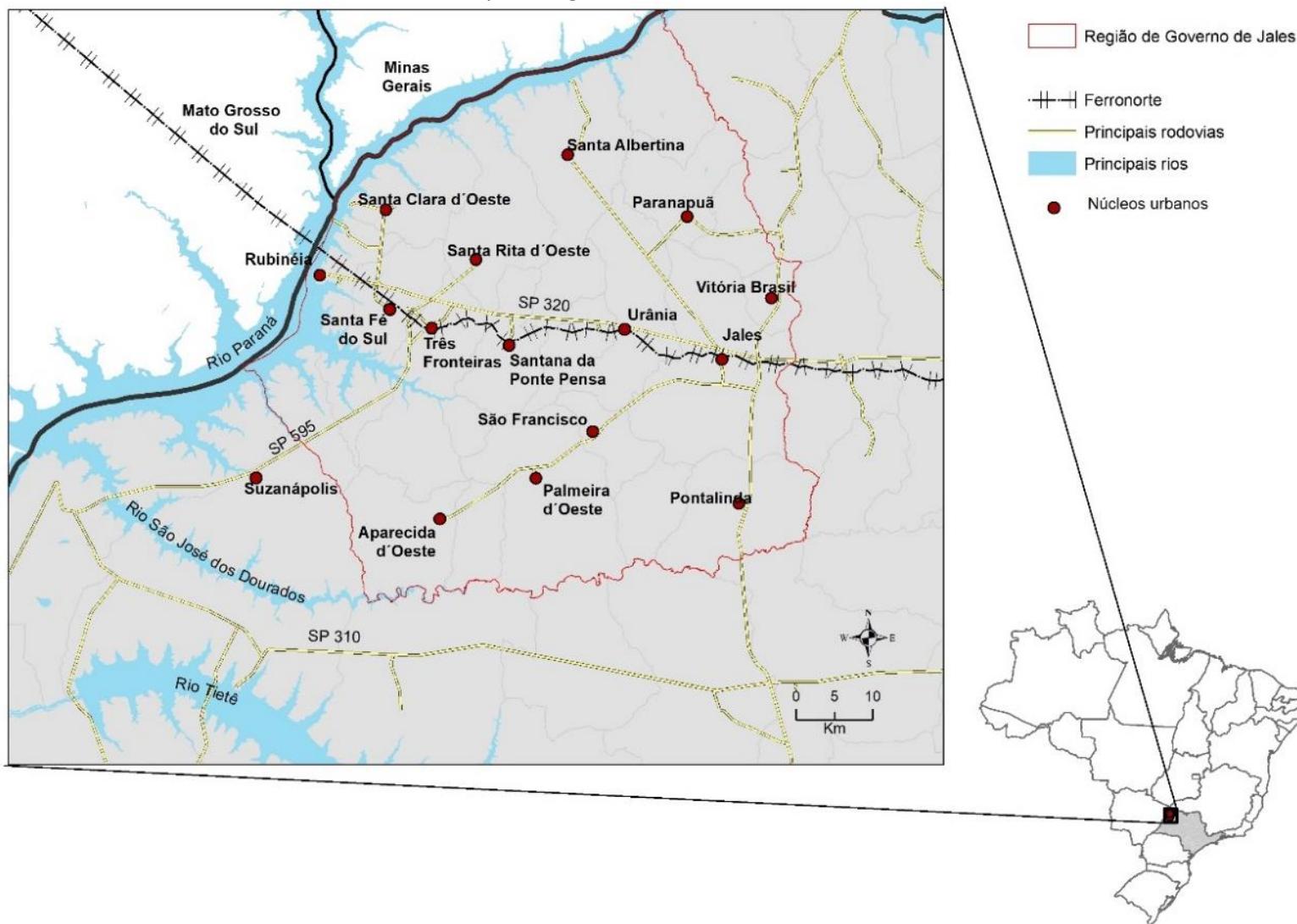
¹ Ferronorte, concedida à Rumo Logística, principal corredor de exportação agrícola do país, interligando a produção de grãos do Centro-Oeste ao porto de Santos.

² SP 320/Euclides da Cunha, eixo onde a indústria mais se fortalece no estado de São Paulo (KALEMKARIAN; APARICIO, 2013).

³ Eixo Tietê-Paraná, que interliga o noroeste ao sudeste paulista (BAENINGER, 2004)

⁴ Essa pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp. CAAE: 20340219.2.0000.8142

Mapa 3. Região de Jales no estado de São Paulo e no Brasil, 2020



Fonte: FIBGE, Malhas territoriais 2010; Ministério do Meio Ambiente, Malhas Rodoviárias e Ferroviárias de 2008.

3.1. A reestruturação produtiva do setor sucroenergético e a chegada de José

Os últimos anos marcam a surpreendente expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (CASTILLO, 2015). Até meados de 1960, os canaviais paulistas concentravam-se no eixo formado pelas rodovias Anhanguera e Washington Luís, interligando as regiões de Campinas, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto⁵. Na década de 1970, essa produção expande-se para o Oeste Paulista, seguindo o traçado da Marechal Rondon e da Raposo Tavares (OLIVEIRA, 2012). Amplamente marginalizada pela modernização agrícola desse período, a cana-de-açúcar alcança o noroeste paulista apenas nos anos 2000, acompanhando os caminhos abertos pela rodovia Euclides da Cunha (DEMÉTRIO, 2013).

A inserção dessa região na rota de expansão canavieira coincide com o processo de concentração e internacionalização do setor (SAMPAIO, 2015). Seja devido às reformas neoliberais que facilitaram a atuação das transnacionais no país, seja em função da alta cotação do açúcar e do etanol nos mercados interno e internacional na primeira década dos anos 2000, houve um “agigantamento dos grupos empresariais” no comando da produção, processamento e comercialização da cana-de-açúcar e seus derivados (SAMPAIO, 2015, p.739).

Emblemática dessas transformações, está a Vale do Paraná, em Suzanápolis. Construída em 2006, por ação de capitais nacionais (Unialco), a usina foi vendida aos grupos Pantaleón, da Guatemala, e Manuelita, da Colômbia, no começo de 2010. Além de representar o processo de internacionalização do setor (CASTILLO, 2015), a Vale do Paraná também constitui um exemplo emblemático da nova ordem mundial, reconfigurada pelo fortalecimento das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012).

A mudança de propriedade da usina marca um verdadeiro choque de gestão, conforme relato de seus funcionários. Dentre as principais mudanças, estão os investimentos maciços em maquinário, com estabelecimento de rotinas mais estruturadas de trabalho. As transformações na hierarquia do emprego trazidas pela instalação e reestruturação dessa usina relacionam-se tanto a uma migração internacional inserida no topo da pirâmide ocupacional da empresa, com origem nos países onde os grupos Pantaleón e Manuelita tem forte atuação, quanto a uma migração interna de nordestinos, sobretudo baianos, ocupados no plantio e colheita mecanizada da cana-de-açúcar. Se o primeiro fluxo concentra-se no principal centro urbano da região (Santa Fé do Sul), o segundo é mais evidente nos micro e pequenos municípios de Três Fronteiras, Suzanápolis e Nova Canaã Paulista (Mapa 3), localidades que se transformam em verdadeiras periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2016) do agronegócio canavieiro.

Em meio as várias trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012) que podem ser conjugadas na tipologia de mobilidades (HEYMAN, 2012) associadas às dinâmicas espaciais do setor sucroenergético, esse artigo destaca a chegada de José (nome fictício), em Santa Fé do Sul. Natural de Chinandega, na Nicarágua, José trabalhava há oito anos na usina da Pantaleón em sua cidade natal. Nunca havia morado em outro lugar antes de se mudar para o noroeste paulista, em 2015. Em suas palavras:

Quando eles começaram a expandir a produção aqui no Brasil, veio gente das empresas que fazem parte do grupo Pantaleón e Manuelita. Por exemplo, o gerente geral é da Colômbia. A Manuelita o colocou como gerente geral da usina, em 2013. Também abriram vagas para vários setores, tanto na parte administrativa, como na parte de maquinários agrícolas, que foi onde surgiu a vaga para mim [...]. Aqui na usina tem bastante estrangeiro, em diferentes setores. Tem da Guatemala, da Nicarágua, do Peru, Colômbia, México [...] (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina Vale do Paraná).

⁵ Para maiores informações sobre a dinâmica espacial do setor sucroenergético no estado de São Paulo, consultar o *Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – Espaços Regionais da Agricultura Globalizada*, disponível em: <https://unicamp-arcgis.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/37e8057f50574c21b5c958e4e0fbf798>. Acesso 01/06/2020.

A mudança de residência para o Brasil possibilitou ao José ascender em sua carreira profissional: tornou-se chefe do setor de maquinários agrícolas. Inicialmente, chegou na Vale do Paraná com um contrato de trabalho temporário, válido por dois anos. Nesse período, a cada três meses retornava à Chinandega e passava duas semanas com sua família. Em 2018, seu contrato de trabalho foi renovado por tempo indeterminado. Foi quando sua esposa e seus dois filhos também se mudaram para Santa Fé do Sul.

Quando me mostraram o contrato de trabalho daqui, eu gostei da proposta. A empresa deu um suporte muito grande na mudança. Arrumar casa, saúde, questões burocráticas, passagens para visitar a família e aulas de português (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina Vale do Paraná).

De acordo com as informações fornecidas pela Polícia Federal brasileira, entre janeiro de 2000 e março de 2020, 147 imigrantes internacionais com Registro Nacional Migratório (RNM) declararam residência no município de Santa Fé do Sul. O principal amparo legal desses registros refere-se ao artigo 13, item V, Lei 6.815 de 1980, responsável por disciplinar a concessão de visto temporário “ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria”⁶. Levando-se em consideração apenas esse dispositivo jurídico, 25 pessoas chegaram nesse município, nesse período, 10 dos quais da Guatemala, 9 da Nicarágua, 1 do Chile, 1 de Honduras, 1 do México, 1 da Noruega e 1 do Peru. Destaca-se a ocupação de mecânico e operador de maquinário, além de engenheiros e economistas. Todos possuem visto temporário, o que reforça a intensa rotatividade migratória desse fluxo (BAENINGER, 2012), também relatada por José:

Em 2015, quando eu cheguei, viemos em quatro pessoas da Nicarágua. Depois, em 2017, três voltaram. Da Nicarágua mesmo, só ficou eu e outras duas famílias, que já estavam aqui há mais tempo. Um é responsável pela área da colheita e outro trabalha na parte administrativa [...]. Hoje, para ficar mesmo, eu acho que não vem mais. Agora, para fazer visita, vistoria, acompanhamento, sempre estão vindo. Mas ficam aqui temporariamente [...]. O pessoal da parte corporativa, eles ficam sempre mudando. Eles precisam visitar as diferentes usinas do grupo (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina Vale do Paraná).

A trajetória de José evidencia a emergência de uma migração internacional inédita na história da região, decorrente das alianças por cima (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013; PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2007) realizadas pelo agronegócio canavieiro. A internacionalização da Vale do Paraná não apenas provou uma inovação radical nos processos de gestão e produção da empresa, como também mobilizou outras identidades profissionais (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), sobretudo entre as ocupações que envolvem alto nível de reflexividade e conhecimento, próprias da economia da informação (CASTELLS, 2006). Nesse sentido, a transformação de espaços selecionados (SASSEN, 1998) do noroeste paulista em áreas da produção globalizada de commodities alterou a dinâmica de suas migrações internacionais, alimentando também deslocamentos pendulares e outras formas de mobilidade, as quais, em conjunto, precisam ser compreendidos no âmbito de um mesmo processo de mudança social (RENNER; PATARRA, 1980).

3.2. A reestruturação produtiva dos frigoríficos de carne bovina e a partida de João

A formação capitalista de todo o Oeste Paulista deita raízes na criação de bovinos (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988; MAMIGONIAN, 1976). As antigas estradas boiadeiras, estruturadas nas trilhas dos

⁶ Essas informações estão disponíveis no *Banco Interativo do Observatório das Migrações em São Paulo – Números da Imigração Internacional para o Brasil*: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>. Acesso em 01/09/2020.

bandeirantes, constituíram os principais veios de penetração das relações de mercado na região, servindo como base para o traçado das ferrovias e, posteriormente, das rodovias (GONÇALVES, 1998). Ao longo desses caminhos, foram plantadas cidades e indústrias de diferentes perfis, fomentando uma divisão socioespacial do trabalho que se redefine na medida em que capitais entram e saem de cada localidade (GONÇALVES, 1998).

No contexto dessas transformações, o noroeste paulista deixa de ser parte de uma grande área de engorda de bovinos, tal como se apresentava em fins do século XIX (MAMIGONIAN, 1976), para se consolidar como importante fonte de carne e couro, em meados do século passado (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988). Esse percurso sintetiza as diferentes funções que Santa Fé do Sul tem assumido no circuito espacial da carne bovina (BINI, 2010). Até 1920, toda a região compunha as invernadas do frigorífico de Barretos, uma propriedade do grupo britânico Anglo (MAMIGONIAN, 1976). No auge das políticas públicas de nacionalização do setor, amplos incentivos fiscais foram concedidos para a construção de unidades de abate nas principais áreas de engorda e criação de gado do país (MAMIGONIAN, 1976). Nesse contexto, inaugurou-se, em 1958, o frigorífico de Santa Fé do Sul, então denominado Tatuíbi (CORRÊA, 2012). Por cerca de 50 anos, essa indústria permaneceu como empresa familiar, constituindo-se como uma das principais fontes de emprego e renda da cidade.

Esse cenário é radicalmente alterado na primeira década do século XXI. Por um lado, o aumento do consumo interno e internacional de carnes alavancou o crescimento do setor, ao mesmo tempo em que impulsionou o processo de fusão e aquisição responsável por forjar as quatro transnacionais de origem brasileira que dominam o seguimento: JBS, BRF, Minerva e Marfrig (CORRÊA, 2012; AURÉLIO NETO, 2019). Como parte desse movimento, o Tatuíbi é vendido para a Rodopa Exportação de Alimentos e Logística, sendo arrendado para o JBS, em 2013. Após cinco anos de funcionamento sob comando desse grande grupo, o frigorífico fecha suas portas em 2017, causando enormes impactos locais, seja pela demissão de 600 funcionários, seja em função da perspectiva de queda na arrecadação de impostos para o município⁷.

Por outro lado, a venda crescente de carne brasileira para países asiáticos e africanos (Egito, Arábia Saudita, Irã, China e Hong Kong, em especial) atraiu investimentos do Sul Global, a exemplo da empresa iraniana Golden Imex Eireli. Inicialmente voltada à comercialização de carnes e derivados, em 2018, passou também a atuar no ramo de abate, arrendando o frigorífico de Santa Fé do Sul. A retomada de suas atividades inaugura uma nova fase na trajetória dessa indústria: a produção de carnes voltada quase que exclusivamente para exportação.

A forte inserção dessa localidade nos mercados globais de carne bovina reconfigura os processos migratórios do, para e no noroeste paulista. Em primeiro lugar, as entrevistas realizadas com agentes institucionais locais e funcionários do frigorífico relatam a presença na cidade de iranianos gerentes, diretores e degoladores especializados no abate halal. Junto à essa imigração internacional também inédita na história da região, a transformação do Tatuíbi em JBS origina ainda uma emigração internacional completamente nova, composta por desossadores: uma ocupação marcada por altíssimas taxas de acidente de trabalho (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNATI, 2009) e cada vez mais rara nos países do Norte Global, onde a JBS e outras transnacionais mantêm unidades de abate.

De modo a garantir a força de trabalho necessária à sua reprodução, junto à aquisição de frigoríficos ao redor do mundo (AURÉLIO NETO, 2019; CORRÊA, 2012), o grupo criou o programa “JBS Sem Fronteiras”: uma iniciativa para levar “mão-de-obra brasileira, altamente especializada, à operação da Companhia em outros países”⁸. No âmbito desse projeto, inicia-se a exportação

⁷ Informação disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2017/02/fechamento-de-frigorifico-ira-impactar-economia-de-santa-fe-do-sul.html>. Acesso 30/07/2020.

⁸ Informação disponível em: <https://jbs.com.br/imprensa/releases/jbs-exporta-mao-de-obra-de-ms-para-o-canada/>. Acesso 29/07/2020. Outras reportagens que abordam a emigração de magarefes brasileiros são: <https://www.beefpoint.com.br/os-100-hellos-que-movem-as-operacoes-da-jbs-no-canada/>. Acesso 30/07/2020.

organizada (SASSEN, 2010) de magarefes brasileiros para o trabalho em frigoríficos americanos, canadenses, australianos e europeus.

Esse é o processo que levou João [nome fictício] a trabalhar como desossador na Irlanda. Nascido no interior de Pernambuco, passou por inúmeras cidades e ofícios antes de entrar no frigorífico de Santa Fé do Sul, em 2001. Foi vendedor de pães em sua região de origem, depois metalúrgico e pedreiro em São Paulo. Mudou-se para o noroeste paulista em fins da década de 1990 por influência de seu pai, que chegara na região anos antes para trabalhar na construção da ponte rodoviária do rio Paraná⁹. Por quatro anos, João também atuou na construção civil. Começou no frigorífico como ajudante na parte de embalagens. A princípio, relutou ao cargo de desossador. Além do contato direto com o sangue e a gordura dos animais, o peso das carcaças e a cadência das linhas de produção o fizeram preferir outro setor. No entanto, logo sucumbiu a essa função quando viu seus colegas magarefes emigrarem:

Lá no frigorífico eu conheci um rapaz que foi para a Irlanda. Mas só ia desossador [...]. Eu queria ir também. Então fui para a desossa. Trabalhar na desossa é pesado. Tem que carregar osso de 45, 50 quilos na cabeça [...]. Dói, chega em casa tem que tomar dorflex [...]. O serviço é ritmo. Na desossa, você tem obrigação de ficar bom. Se você não ficar, você sai da linha [...]. Eram 500, 600 bois por dia. Mas eu fiquei ali porque eu queria ir para a Irlanda, para Portugal, para a Austrália, para onde fosse. Eu queria conhecer esses lugares (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

Para realizar seu sonho, João passou por vários testes nos quais sua destreza de desossador era avaliada. Foram anos planejando sua viagem e aperfeiçoando sua prática até conseguir entrar no seletivo grupo de brasileiros aptos a trabalhar nos frigoríficos do Norte Global:

Já fazia uns dois meses que eu trabalhava na desossa quando o pessoal levou mais uma remessa de gente. Só que dessa vez eles foram para a Austrália. Cinco caras da desossa lá do frigorífico foram para a Austrália. Eu não fui porque ainda não tinha prática [...].

Depois de dois anos que eu estava no frigorífico como desossador, surgiu outro teste para a Irlanda. Mas o teste pedia cinco anos de carteira. E eu só tinha dois de desossa [...]. Eu cheguei a ir para Maringá, no Paraná, fazer um teste para ir para a Austrália. Mas não deu certo. Só que eu continuei correndo atrás [...].

Até que eu entrei em contato com a agência Mega Brasil [...]. O pessoal dessa agência, lá de Goiânia, vinha para cá e marcava um dia numa casa de carne daqui para avaliar a prática do cara [...]. Nessa época, tinha um grupo de 35 pessoas daqui que queria ir para a Irlanda. Mas tinha que pagar uma taxa de R\$120 para fazer o teste. Só 8 pagaram. Quando a gente teve que fazer outro teste lá em Goiânia, dos 8, só foram 5. E no dia da viagem, só apareceu 3: eu e mais dois [...].

Eu fui até Goiânia fazer o teste por minha conta [...]. Cheguei lá, tinha 180 pessoas. Tinha gente do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás. Aí eu fiquei desanimado [...]. E tinha que pagar mais R\$200 para fazer esse segundo teste. A gente não sabia disso. Ficamos sabendo lá na hora. Eu paguei porque estava decidido a ir, mas umas 60 pessoas desistiram (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

Depois de todos esses filtros, em julho de 2009, João finalmente desembarcou na Irlanda junto com outros 39 brasileiros: todos recrutados pela mesma agência para trabalhar como magarefes. Foi

⁹ Essa ponte interliga a cidade sul-mato-grossense de Aparecida do Taboado à cidade paulista de Rubinéia, servindo de travessia para motocicletas, automóveis e trens, dentro dos quais são escoados grande parte da produção de grãos do Centro-Oeste para o porto de Santos.

para Limerick, com um contrato de trabalho de dois anos. Passou por vários frigoríficos e cidades antes de retornar ao Brasil, em 2012:

Na Irlanda, cheguei a ganhar 540 euros por semana [...]. Descontando todas as taxas, cheguei a tirar 6 mil reais por mês [...]. Eu resolvi voltar porque o país entrou em crise. Fiquei dois anos lá com o salário caindo. Porque lá, a gente recebe por peça. Não é igual aqui, que o salário é fechado [...]. Aí eu desanimei e resolvi voltar (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

A trajetória de João retrata os grandes fluxos migratórios entre o estado de São Paulo e o Nordeste, fundamentais na construção de sua principal região metropolitana (CUNHA, 2015); a constituição de outras áreas de destino dessa população no território estadual, dentre as quais se destacam as frentes de expansão do agronegócio (BAENINGER; OJIMA, 2008), como no noroeste paulista; e a emergência de um mercado global de desossadores com redes de recrutamento operantes nas principais unidades de abate de bovinos do país. Enquanto Magalhães (2017) relata a importância de haitianos nos frigoríficos de Santa Catarina, a trajetória de João aponta para a inserção do Brasil também como país de origem desses trabalhadores. Tem-se, assim, entradas e saídas, de migrantes internos e internacionais, dando novos contornos à tradicional rotatividade característica desse seguimento (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNATI, 2009; BAENINGER, 2012).

3.3. O noroeste paulista no mercado global da tilápia e o retorno de Pedro

Amparados no discurso sobre crescimento populacional, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, organismos internacionais como Banco Mundial e FAO (*Food and Agriculture Organization of the World*) têm incentivado amplamente a piscicultura no mundo (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017). O Brasil, por seu clima tropical e abundância de recursos hídricos, foi eleito como um dos carros-chefes da chamada Revolução Azul, atribuindo-lhe uma produção esperada de pescado na casa de 20 milhões de toneladas ao ano, até 2030 (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017). Em 2018, informações da Pesquisa Pecuária Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontava uma produção nacional de pescado próxima a 600 mil toneladas, das quais metade era de tilápia¹⁰.

De acordo com Nogueira (2008, p.23), as primeiras experiências com o cultivo de tilápia para fins de piscicultura foram no Ceará, na década de 1970: uma iniciativa do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para repovoar os reservatórios públicos e oferecer “fonte de proteína barata às populações ribeirinhas de baixa renda existentes na região”. Coube, todavia, ao Paraná “o pioneirismo na criação comercial de tilápias” (NOGUEIRA, 2008, p.24), “estado que iniciou a tilapicultura com foco industrial”, já nos anos 1990 (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017, p.15).

No começo do século XXI, o crescimento da demanda por pescado alavancou outros polos produtores, como na região entre Bahia, Pernambuco e Alagoas, com uma produção concentrada nos reservatórios do rio São Francisco; Minas Gerais, mais precisamente no município de Morada Nova de Minas, às margens da represa de Três Marias; além do polo emergente do noroeste paulista e Mato Grosso do Sul, nos reservatórios dos rios Paraná, Grande e Baixo Tietê (NOGUEIRA, 2008; SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017).

Nessa extensa zona piscícola, a quantidade e qualidade da água, conjugada ao clima quente, ideal para o ciclo reprodutivo da tilápia, chamaram grandes investimentos no setor, tanto na parte de produção de alevinos, como na engorda e no processamento do peixe (NOGUEIRA, 2008). Na pesquisa de campo, foi possível identificar cinco principais empresas do ramo com atuação na região:

¹⁰ Informação disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3940>. Acesso 13/11/2020.

- 1) **Royal Fish**¹¹, empresa de origem nacional, com estações de engorda em Santa Clara d’Oeste e Suzanápolis, frigorífico em Buritama, centro de genética e reprodução de alevinos em Itupeva e escritório administrativo em Jundiaí;
- 2) **Marfrig Global Foods**¹², uma aliança entre capitais nacionais e britânicos, com atuação no seguimento de alimentos à base de proteína animal e presença em mais de cem países. Inseriu-se na região por meio da compra da Zippy Alimentos, fechada em 2015 e reaberta em 2019 por essa transnacional. Possui unidades de produção de alevinos, engorda e processamento de tilápia, além de fábrica de ração própria, no município de Santa Clara d’Oeste;
- 3) **Brazilian Fish**¹³, empresa familiar do grupo brasileiro Ambar Amaral, também proprietário de centros de produção de alevinos, engorda, processamento de tilápia e fabricação de ração, com atuação concentrada no município de Santa Fé do Sul;
- 4) **GeneSeas**¹⁴, empresa brasileira pioneira na exportação de peixes na região, com pisciculturas em Promissão, Ilha Solteira e Aparecida do Taboado/MS, onde também detém um frigorífico de peixe; e
- 5) **Tilabréas**¹⁵, da transnacional Regal Springs, “maior produtora mundial de tilápia, com atividades no México, em Honduras e na Indonésia” (SCHULTER; VIERIA FILHO, 2017, p.21). Anunciou sua entrada no mercado brasileiro em 2015, com instalação de um megaprojeto em Selvíria/MS, divisa com o noroeste paulista, onde estima produzir 100 mil toneladas anuais de peixe (SCHULTER; VIERIA FILHO, 2017).

Sob atuação desses grupos, a região protagoniza novas articulações locais, nacionais e globais, surgem novos processos migratórios internos e internacionais, ao mesmo tempo em que se reconfigura o mercado de trabalho regional, com o desenvolvimento de um novo nicho econômico. Como síntese e expressão dessas transformações está a trajetória de Pedro (nome fictício), cujos percursos confunde-se com a própria história da piscicultura no noroeste paulista. Natural de Santa Fé do Sul, Pedro fez de seu *hobby* uma profissão e hoje atua como engenheiro de pesca na região:

Sempre gostei muito de pescar. Desde criança pescava com meus pais. Quando estava no colegial, decidi fazer engenharia de pesca. Ninguém nem sabia que existia esse curso. Aqui ainda não tinha nada da estrutura de hoje. Tinha uma cooperativa com uma produção bem pequena só. Mas não tinha frigoríficos, indústria de ração, nada disso. Mas já se falava do potencial da região [...]. Em 2005 eu passei no vestibular na Universidade Federal do Ceará e fui morar em Fortaleza. Fiquei seis anos lá. Durante a faculdade, fiz estágio em várias pisciculturas, tanto na capital, com produção de camarão, quanto no interior, com produção de tilápia [...]. Resolvi voltar para Santa Fé porque meu pai, tapeceiro, prestou um serviço na casa do [...] dono da Zippy. Meu pai falou de mim e eu o [..., dono da Zippy] começamos a conversar por e-mail. Já estava tudo encaminhado para fazer mestrado lá na UFC [...], mas quando eu vim para cá e vi a estrutura que eles estavam montando, larguei tudo em Fortaleza e voltei. Isso era 2011. Fiquei na Zippy uns sete ou oito meses. Depois eu fui para os Ambar Amaral. Fiquei lá mais uns sete ou oito meses trabalhando na fábrica de ração deles. Aí eu decidi montar minha própria piscicultura em Santa Clara [...]. Lá eu criava alevinos de tucunaré, porquinho, pacú

¹¹ Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <http://royalfish.net.br/pt/home/>. Acesso 07/02/2020.

¹² Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <https://www.marfrig.com.br/>. Acesso 07/02/2020.

¹³ Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <http://www.grupoambaramaral.com.br/>. Acesso 07/02/2020.

¹⁴ Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <https://www.geneseas.com.br/>. Acesso 07/02/2020.

¹⁵ Informações obtidas em Schulter e Vieira Filho (2017), no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <https://www.regalsprings.com/>. Acesso 07/02/2020.

e vendia para os pescadores da região toda. Não era uma produção integrada aos frigoríficos. Fiquei três anos com a piscicultura. Mas aí veio a seca de 2013. Quase 60% dos meus tanques ficaram parados. Foi muito difícil. Em 2015 veio a crise e ficou mais difícil ainda. Então resolvi parar e trabalhar na Royal Fish. Era encarregado de montar a piscicultura deles lá em Suzanápolis. Agora estou na Aquacultura Peixe Forte, em Três Fronteiras. Os donos são do Paraná. Produzem alevinos e engordam peixe para pesca esportiva (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com trabalhador do setor).

A análise da piscicultura no noroeste paulista, sob o olhar da trajetória de Pedro, reforça o caráter oligopólico e excluente que marca o desenvolvimento desse setor (NOGUEIRA, 2009). Evidencia, ainda, a emergência de novos processos migratórios internos, tanto de longa como de curta distância; a relação entre as motivações individuais e as causas estruturais da migração (SINGER, 1980); e o esboço de uma nova hierarquia na rede urbana local, distinta daquela construída historicamente na região, polarizada pelo município de Jales.

4. Considerações finais

A reestruturação produtiva trazida pela ação de grandes grupos empresariais ligados ao agronegócio reconfigura os processos migratórios do, para e no noroeste paulista. Essas mudanças perpassam trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012) que produzem novos espaços da migração em escala local (BAENINGER, 1999), fomentando a constituição de arranjos urbanos-rurais regionais nos quais são desconstruídas análises enviesadas por pressupostos da dicotomia campo/cidade, metrópole/interior, centro/periferia, origem/destino, atração/expulsão (BAENINGER, 2012; DEMÉTRIO, 2017). Esses arranjos rompem com a dinâmica de produção de desigualdades socioespaciais gestadas em nível nacional, emergindo como perspectiva analítica crítica ao nacionalismo metodológico (SASSEN, 2010; GLICK-SCHILLER, 2007) embutido nas regionalizações político-administrativas tradicionais. Sem iluminar as conexões transnacionais que reconfiguram a localidade (SASSEN, 2010), essas lentes acabam por reificar categorias como emigrantes, imigrantes e retornados, desconsiderando migrações internas, internacionais e outras formas de mobilidade dentro de um mesmo processo de mudança social (GLICK-SCHILLER, 2007; RENNER; PATARRA, 1980).

A inserção da região nos mercados globais de valor anuncia uma nova fase no processo de redistribuição espacial da população. De uma das principais áreas de evasão demográfica na década de 1970, a dinâmica populacional do noroeste paulista conjuga entradas e saídas de pessoas, constituindo-se como área de intensa rotatividade migratória (BAENINGER, 2012). O fortalecimento de seus “circuitos migratórios locais” (BRITO, 2015, p.10) emerge como processo no qual são não as “articulações econômicas regionais” (BRITO, 2015, p.10) as grandes protagonistas, redefinindo paradigmas explicativos, aportes teóricos e metodológicos (SÁNCHEZ, 2012; CASTLES, 2012).

Referências Bibliográficas

- AURÉLIO NETO, O. A Estratégia Espacial de Internacionalização de Empresas Brasileiras do Setor Frigorífico: Os Casos da JBS e da Minerva. **Boletim Goiano de Geografia**, 2019, v.39, p.1-25.
- BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996**. (Tese de Doutorado) – Campinas-SP, IFCH – UNICAMP, 1999.
- BAENINGER, R. (Coord.). Regiões e Cidades no Eixo da Hidrovia Tietê-Paraná. **Textos NEPO 48**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2004.
- BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século XX. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.3, p.84-96, jul./set. 2005.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012.

- BAENINGER, R.; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. *Papeles de Población*, v.58, p.141-154, 2008.
- BINI, D. L. de C. Mudanças na pecuária de corte e algumas implicações sócio-espaciais na Região de Araçatuba (SP). *Revista Formação*, n.16, v.2, 2010.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.
- BRITO, F. A transição para um novo padrão migratório no Brasil. *Texto para Discussão nº526*. Belo Horizonte, UFMG/CEDELAR, 2015.
- CANALES, A.; CANALES, M. De la metropolización a las agrópolis: el nuevo poblamiento urbano en el Chile actual. *Polis*, julio 2013.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.
- CASTLES, S. Understanding the relationship between methodology and methods. In: VARGAS-SILVA, C. **Handbook of Research Methods in Migration**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 2012.
- CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o Bioma Cerrado. *GEographia* – Ano 17 – Nº 35 – Dossiê, 2015.
- CASTILLO, R.; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.
- CHAIA, Vera Lúcia Michalany (1980). **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969)**. São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP.
- CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CÔRREA, D. S. **Fusões e Aquisições nos Segmentos Carne Bovina, Óleo de Soja e Sucroalcooleiro**. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2012.
- CUNHA, J. M. P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.4, p.3-20. out/dez, 2005.
- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHÉ, M. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP, CEM, 2015.
- DELGADO, G. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, 2(1): 79-97, jan. /abr., 1985.
- DEMÉTRIO, N. B. **População e dinâmica econômica na Região de Governo de Jales: o outro rural do Oeste Paulista**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2013.
- DEMÉTRIO, N. B. **Arranjos urbanos-rurais regionais: o rural paulista no século 21**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2017.
- ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003.
- GLICK-SCHILLER, N. **Beyond the Nation-State and Its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies - Essentials of Migration Theory**. In: Center on Migration, Citizenship and Development, Arbeitspapiere - Working Papers, n. 33, 2007.
- GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 1998.
- GRAS, C.; HERNÁNEZ, V. El agro como negocio: producción, sociedad y territorios em la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- HEYMAN, Josiah. Construcción y uso de tipologías: movilidad geográfica desigual en la frontera México-Estados Unidos. In: ARIZA, Marina; VELASCO, Laura (Coord.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.
- KALEMKARIAN, M.; APARICIO, C. A. P. Onde a indústria se fortalece no Estado de São Paulo. **Primeira Análise Seade**, nº 1, abril 2013.
- MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

- MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário. **Boletim Paulista de Geografia**, n.51, p. 7-14, jun.1976.
- MANRIQUE, L. E. El emergente eje 'Sur-Sur' global. **Política Exterior**, marzo/abril de 2012.
- MONGEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1998, 2^a ed.
- MÜLLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo: Fundação SEADE, 1985.
- NEGRI, B., GONÇALVES, M. F. e CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.
- NOGUEIRA, Solange da Costa. **O Sistema Agroindustrial de Tilápias na Região Noroeste do Estado de São Paulo: Características das Transações e Formas de Coordenação**. 2008. 126p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- OLIVEIRA, R. A. D. de. **Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial do trabalho: expressões regionais na década de 2000**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2012.
- PEREIRA, G. G. **Entre o partir e o chegar: os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2015.
- PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica Geográfica da Mobilidade do Capital na Produção de Celulose e Papel em Três Lagoas (MS). **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 12, p. 55-69, jul./dez. 2013.
- PORTESES, A.; GUARNIZO, L.; DANDOLT, P. **La Globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo**. México: FLASCO: Miguel Angel Porrua, 2003.
- RENNER, C. R; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS; LEYY; SZMRECSÂNYI (org). **Dinâmica da População**. São Paulo: T. A. Queiróz Editora, 1980.
- RODRIGUES, F. Por onde vão as 'Brisas Suaves' do Sertão Paulista – População e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso. **Textos NEPO 51**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.
- SAMPAIO, M. de A. P. **360° - O Péríodo do Açúcar em Direção à Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.
- SÁNCHEZ, R. L. Las trayectorias en los estudios de migración: uma herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. In: ARIZA, M. e VELASCO, L. (org) **Metodología Qualitativa para el estudio de las migraciones internacionales**. UNAM, México, 2012, p.455-494.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 (5^a ed.).
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.
- SCHULTER, E. P.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Evolução da piscicultura no Brasil: diagnóstico e desenvolvimento da cadeia produtiva de tilápia. **Texto para discussão 2328** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- SIQUEIRA, C. G. **Emancipação municipal pós Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas**. Dissertação de mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2003.
- TARTAGLIA, J.C; OLIVEIRA, O. L. Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.
- THOMAZ JUNIOR, A. O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.
- VASCONCELOS; M. de C.; PIGNATTI, M. G.; PIGNATI, W. A. Emprego e Acidentes de Trabalho na Indústria Frigorífica em Áreas de Expansão do Agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**, v.18, n.4, p.662-672, 2009.